



CERTIFICO

- UM – Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme o original. _____
- DOIS – Que esta fotocópia foi extraída de um documento arquivado sob o número cento e sessenta e quatro, a folhas quatrocentos e treze, no maço de documentos a instruir a escritura lavrada a folhas **cento e trinta e cinco** do **Livro** número **Cinco** do Cartório Notarial de Almada de Susana Valle (licença 2008-2011) de cujo acervo documental este Cartório é depositário. _____
- TRÊS – Que ocupa vinte e três páginas, que as folhas têm aposto o selo branco deste Cartório e estão numeradas e por mim rubricadas. _____

Conta nº *PM 520/2017 UATV*

Almada, 10 de março de 2017.

A Colaboradora,

Maria Cristina Canas Serra Marques Água

(no uso da autorização conferida nos termos do artigo 8º do Decreto-Lei 26/2004 de 04.02 pela Notária Susana Ribeiro de Brito

Valle e publicada no sítio da Ordem dos Notários www.notarios.pt, em 18.09.2014, com o n.º de inscrição 404/8)

Cartorio Notarial de Susana Valle

(NIF 219205310)

Rua São Salvador da Baía, número 5, Loja | 2800-201 Almada | tel/fax: 212765336 tm: 939938339

geral.cartoriosv@sapo.pt


NOTÁRIO
Pedro Nunes Rodrigues

5 FLS. 135
DOC. N.º 164 FLS. 413-414
7/109/1004

CERTIFICO

UM – Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme o original. _

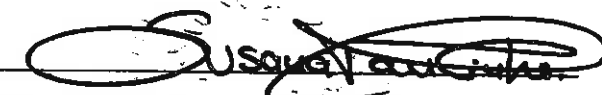
DOIS – Que esta fotocópia foi extraída de um documento arquivado neste Cartório em **dezassete de Maio de dois mil e sete**, sob o número **cento e quarenta e cinco** a instruir a escritura lavrada a folhas **cento e quarenta e um** do Livro número **cento e trinta e quatro**. _____

TRÊS – Que ocupa **vinte e duas** páginas, que as folhas têm aposto o selo branco e estão numeradas e por mim rubricadas. _____

Conta registada sob o número: **5702** ~~AS~~

Lisboa, sete de Setembro de dois mil e onze

A Colaboradora,


Susana Cristina Sequeira Martinho

(Colaboradora registada sob o número 4/5, na Ordem dos Notários, no uso da autorização conferida pelo Notário Pedro Alexandre Barreiros Nunes Rodrigues, nos termos do artigo 8.º do D.L. n.º 26/2004 de 04 de Fevereiro publicada no sítio da Ordem dos Notários em 31/01/2011)

Márcia Henriques
Advogada

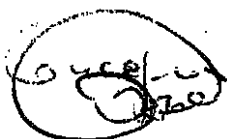
20/4/07

| | |
|--------------|--------------|
| Lmo. 134 | Fls. 141 |
| Doc. n.º 145 | Fls. 526/545 |
| 17/5/2007 | |

CERTIFICADO

Reconheço, por semelhança, nos termos do artigo 38.º do Decreto-Lei nº 76-A/2006 de 29 de Março, a assinatura de Concepción Deza Alves, maior, natural da localidade de Ferrol, província de A Coruña, pessoa cuja identidade verifiquei pelo seu Bilhete de Identidade nº 32635582, emitido em 06/09/2004, pelo Ministério do Interior de Espanha, a qual me apresentou a Tradução anexa a este certificado composta por treze páginas, tendo-me declarado sob compromisso de honra que a mesma foi por si feita e está fiel e exacta ao documento original – excerto do Código Civil Espanhol - escrito em língua espanhola e composto por sete páginas, o qual foi devidamente legalizado e fica anexado à sua tradução.

Odivelas, aos 24 de Abril de 2007.



A Advogada,



MÁRCIA HENRIQUES
ADVOGADA
NIF 221079300 - C.P. 19864 - ODIVELAS
Av. D. Dinis, N.º 21 - 1/c B
2675-332 ODIVELAS - T/F. 219 340 115

ORDEN dos
ADVOGADOS

REGISTO ONLINE DOS ACTOS DOS ADVOGADOS

Artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29-03

Portaria n.º 657-B/2006, de 29-06

D.ª (a) Márcia Henriques

CÉDULA PROFISSIONAL: 19864L

IDENTIFICAÇÃO DA NATUREZA E ESPÉCIE DO ACTO

Certificação de traduções de documentos

IDENTIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS

Concepción Deza Alves

BI n.º. 32635582-P

OBSERVAÇÕES

Reconheço, por semelhança, nos termos do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006 de 29 de Março, a assinatura de Concepción Deza Alves, maior, natural da localidade de Ferrol, província de A Coruña, pessoa cuja identidade verifiquei pelo seu Bilhete de Identidade n.º 32635582, emitido em 06/09/2004, pelo Ministério do Interior de Espanha, a qual me apresentou a Tradução anexa a este certificado composta por treze páginas, tendo-me declarado sob compromisso de honra que a mesma foi por si feita e está fiel e exacta ao documento original - excerto do Código Civil Espanhol - escrito em língua espanhola e composto por sete páginas, o qual foi devidamente legalizado e fica anexado à sua tradução.

EXECUTADO A: 2007-04-24 17:37

REGISTADO A: 2007-04-24 17:38

COM O N.º: 19864L/9

Poderá consultar este registo em <https://oa.pt/validar.php?id=1970389+073122>.

Consulado Geral de Espanha

O CÔNSUL GERAL DE ESPANHA EM LISBOA-----

-----**CERTIFICA:** - Que a lei que regula a Ordem da Sucessão Intestada vigente no ano 2003 consta dos artigos 806º ao 822º, 912º ao 955º, todos inclusive, do Código Civil Espanhol em vigor (do qual se anexam fotocópias).

-----Para que conste, aos efeitos oportunos e a solicitude da parte interessada, é expedido o presente certificado no Consulado de Espanha em Lisboa a sete de Março de dois mil e sete

O CÔNSUL GERAL,

Álvaro Sebastián de Erice

50/11/13

SESSÃO QUINTA
Das Legítimas (150)

806º. Entende-se por legítima a porção de bens de que o testador não pode dispor, por ser legalmente destinada aos herdeiros legítimários.

807º.* São herdeiros legítimários (151):

1º Os filhos e descendentes relativamente aos seus pais e ascendentes (152).

2º Na falta dos anteriores, os pais e ascendentes relativamente aos seus filhos e descendentes (153).

3º O viúvo ou viúva na forma e medida que este Código estabelece (154).

808º.* Constituem a legítima dos filhos e descendentes dois terços dos bens hereditários do pai e da mãe.

No entanto, estes poderão dispor de uma das duas partes que compõem a legítima, para aplicá-la em melhora com os seus filhos ou descendentes (155).

Quando algum dos seus filhos ou descendentes for judicialmente incapacitado, o testador poderá estabelecer uma substituição fideicomissária sobre a terça parte exacta da legítima, sendo fiduciários os filhos ou descendentes judicialmente incapacitados e fideicomissários os co-herdeiros legítimários (155 bis).

A terça parte restante será de livre disposição.

809º.* Constitui a legítima dos pais ou ascendentes a metade dos bens hereditários dos filhos e descendentes, excepto no caso de concorrerem com o cônjuge viúvo do descendente causador, no qual será de uma terça parte da herança.

810º. A Legítima reservada aos pais dividir-se-á entre os dois em partes iguais: se um deles já tiver morrido, passará na totalidade para o sobrevivente.

Quando o testador não deixa pai nem mãe, mas sim ascendentes, em igual grau, das linhas paterna e materna, dividir-se-á a herança pela metade para ambas as linhas. Se os ascendentes forem de grau diferente, corresponderá por inteiro aos mais próximos de uma ou outra linha.

(150) Para efeitos de registro, veja-se os artigos 15º da LH e 83º ao 88º, 152º e disposições transitórias 3ª e 4ª do RH.

(151) Ter em conta as disposições transitórias 1ª e 3ª da Lei 11/1981, de 13 de Maio, transcrito em nota ao Título V do Livro I deste Código.

(152) Veja-se o artigo 108º, parágrafo 2º, do CC, em relação ao artigo 3º da Lei 21/1987, de 11 de Novembro (BOE num. 275, de 17 de Novembro) reformadora da adopção.

(153) Ter em conta a nota anterior.

(154) Artigos 834º ao 840º do CC.

(155) Veja-se os artigos 823º ao 833º do CC.

(155bis) Confrontar com os artigos 782º e 813º do CC.

Ges

3
~~3~~ 60

811º. O ascendente que herdar do seu descendente bens que este houvesse adquirido a título lucrativo de outro ascendente ou de um irmão, acha-se obrigado a reservar os bens que havia adquirido por meio da lei a favor dos parentes de terceiro grau e que pertençam à linha de onde procedem os bens (156).

812º. Os ascendentes sucedem com exclusão de outras pessoas nas coisas dadas por eles aos seus filhos ou descendentes mortos sem posteridade, quando os próprios objectos doados existem na sucessão. Se já foram alienados, sucederão em todas as acções que o donatário tenha em relação a eles, e no preço se tiverem sido vendidos, ou nos bens pelos quais tenham sido substituídos, se tiverem sido permutados ou trocados (157).

813º.* O testador não poderá privar os herdeiros da sua legítima senão nos casos expressamente determinados pela Lei (158).

Também não poderá impor sobre a mesma nenhum encargo, condição ou substituição, à excepção do disposto relacionado com o usufruto do viúvo e do estabelecido no artigo 808º respeitante aos filhos ou descendentes judicialmente incapacitados (159).

814º.* A preterição dum herdeiro legítimo não prejudica a legítima. Reduzir-se-á a instituição de herdeiro, antes dos legados, melhoras e demais disposições testamentárias.

No entanto, a preterição não intencional dos filhos ou descendentes produzirá os seguintes efeitos:

1. Se resultarem todos preteridos, serão anuladas as disposições testamentárias do conteúdo patrimonial.
2. Caso contrário, anular-se-á a instituição de herdeiros, mas serão válidas os encargos e as melhoras ordenadas por qualquer título, desde que umas e outras não sejam inoficiosas. Contudo, a instituição do herdeiro a favor do cônjuge só será anulada enquanto prejudicar as legítimas.

(156) Sobre reserva, artigos 968º e seguintes do CC. Além disso, veja-se os artigos 168º, parágrafo 2º, 184º ao 189º da LH e 259º ao 265º do RH.

(157) Veja-se o artigo 938º do CC.

(158) Referente a deserção, artigos 848º ao 857º do CC.

(159) Os direitos do cônjuge viúvo definem-se nos artigos 834º e seguintes do CC. Confrontar com o artigo 782º do CC.

60

Os descendentes de outro descendente que não tenha sido preterido, representam na herança do ascendente e não se consideram preteridos.

Se os herdeiros legitimários preteridos morreram antes do testador, o testamento surtirá todos os seus efeitos.

Definidas as legítimas estas terão sempre preferência pelo ordenado em vez do testador.

815º. O herdeiro legitimário ao qual o testador tenha deixado qualquer título menos a legítima que lhe corresponda, poderá pedir o complemento da mesma.

816º. Toda a renúncia ou transacção relacionada com a legítima futura entre o que a deve e os seus herdeiros legitimários é nula, e estes poderão reclamá-la quando aquele morra; mas deverão trazer à colação o que tenham recebido pela renúncia ou pela transacção (160).

817º. As disposições testamentárias que diminuam a legítima dos herdeiros legitimários serão reduzidas, a pedido destes, no que forem inoficiosas ou excessivas (161).

818º.* Para fixar a legítima atender-se-á ao valor dos bens existentes à morte do testador, com a dedução das dívidas e encargos, sem compreender entre elas os impostos no testamento.

Ao valor líquido dos bens hereditários agregar-se-á o valor das doações coleccionáveis (162).

819º. As doações feitas aos filhos, que não tenham o conceito de melhoras imputar-se-ão na sua legítima.

As doações feitas a estranhos imputar-se-ão na parte livre de que o testador houver disposto pela sua última vontade.

Quando forem inoficiosas ou excederem da quota disponível, reduzir-se-ão conforme as regras dos artigos seguintes.

(160) Veja-se os artigos 825º, 831º (doação) e 1271º (proibição de contratos sobre herança futura) do CC.

(161) Sobre o particular, veja-se os artigos 636º, 654º, 655º e 820º ao 822º do CC.

(162) Confrontar com o artigo 1035º e seguintes do CC.

22

4
SUA

820º. Fixada a legítima conforme aos dois artigos anteriores, será feita a redução seguinte:

1. Respeitar-se-ão as doações enquanto puder ser coberta a legítima, reduzindo ou anulando, se for necessário, as mandas feitas no testamento. (163).

2. A redução destas será feita à parte, sem distinção nenhuma (164).

Se o testador houver disposto que seja pago um certo legado com preferência a outros, este não sofrerá redução senão depois de haver-se aplicado por inteiro ao pagamento da legítima.

3. Se a manda consiste num usufruto ou numa renda vitalícia, cujo valor seja superior à parte disponível, os herdeiros legitimários poderão escolher entre cumprir a disposição testamentária ou entregar ao legatário a parte da herança de que dispunha livremente o testador.

821º. Quando o legado sujeito à redução consiste numa propriedade que não admita cómoda divisão, esta ficará para o legatário se a redução não absorver a metade do seu valor, e no caso contrário para os herdeiros legitimários; mas tanto o legatário como os herdeiros legitimários terão de pagar o seu respectivo bem em dinheiro.

O legatário que tenha direito à legítima poderá reter toda a propriedade, contanto que o seu valor não supere, a importância da porção disponível e da quota que lhe corresponda por legítima.

Se os herdeiros ou legatários não quiserem usar o direito que se lhes concede neste artigo, a propriedade será vendida em hasta pública, à instância de qualquer dos interessados.

822º. A doação ou o legado de um direito de habitação sobre a casa de morada da família que o seu titular faça a favor dum legitimário com deficiência, não se computará para o cálculo das legítimas se no momento do falecimento ambos estiverem convivendo nela.

Este direito de habitação atribuir-se-á por ministério da lei nas mesmas condições ao legitimário deficiente que o necessite e que estivesse convivendo com o falecido, a menos que o testador houvesse disposto outra coisa ou o houvesse excluído de forma explícita, mas o seu titular não poderá impedir que continuem convivendo o resto dos legitimários enquanto o necessitem.

O direito a que se referem os dois parágrafos anteriores não poderá ser transmitido.

(163) A respeito, veja-se os artigos 654º, 656º e 817º do CC.

(164) Confrontar com o artigo 887º do CC.

[Handwritten signature]

9074

O disposto nos dois primeiros parágrafos não impedirá a atribuição ao cônjuge dos direitos regulados nos artigos 1406º e 1407º deste Código, que coexistirão com o da habitação (164ºbis).

SECÇÃO SEXTA

Das Melhoras (165)

823º. O pai ou a mãe poderão dispor em conceito de melhoras a favor de algum ou de alguns dos seus filhos ou descendentes, sejam estes biológicos ou adoptados, de uma das duas terças partes destinadas à legítima (166).

824º. Não poderão impor-se sobre a melhora outros encargos para além dos que são estabelecidos a favor dos legitimários ou seus descendentes (167).

825º. Nenhuma doação por contrato entre vivos, seja simples ou por uma causa onerosa, a favor dos seus filhos ou descendentes, que sejam herdeiros legítimos, será considerada melhora, se o doador não tiver declarado de uma maneira expressa a sua vontade de melhorar (168).

826º. A promessa de melhorar ou não melhorar feita por escritura pública em capitulações matrimoniais, será válida (169).

A disposição do testador contrária à promessa não produzirá efeito.

(164ºbis) Ver disposição adicional quarta do CC.

(165) Em matéria de Direito Foral podem ser consultadas como concordantes as secções 2ª (Do pacto de Doação, artigos 128º e 129º) e 3ª (Do direito de lavrar e possuir, artigos 130º ao 133º) da Lei do Direito Civil da Galiza.

(166) Veja-se os artigos 808º, paragrafo 2º, e 972º do CC.

(167) Veja-se, em geral, os artigos 782º, 813º, 814º e 837º do CC.

(168) Veja-se os artigos 782º e 828º do CC.

(169) Ter em conta o artigo 670º a respeito, os artigos 806º, 808º, parágrafo 2º, 825º, 827º e 831º do CC.

C.D.

S
1061/3

827º. A melhora ainda que se tenha verificado com a entrega de bens, será revogável, a menos que tenha sido feita por capitulações matrimoniais ou por contrato oneroso celebrado com um terceiro.

828º. A manda ou legado feito pelo testador a um dos seus filhos ou descendentes não será considerada melhora senão quando o testador houver declarado expressamente ser esta a sua vontade, ou quando não caiba na parte líquida (170).

829º. A melhora poderá consistir em uma coisa determinada. Se o valor desta ultrapassar a terça parte destinada à melhora e a parte da legítima correspondente à melhorado deverá abonar a diferença em dinheiro aos demais interessados.

830º. A faculdade de melhorar não pode encomendar-se a outro (171).

831º.* 1. Apesar do disposto no artigo anterior, poderão conferir-se faculdades ao cônjuge no testamento para que, falecido o testador, possa realizar a favor dos seus filhos ou descendentes comuns melhoras inclusive com débito à terça parte de livre disposição e, em geral, adjudicações ou atribuições de bens concretos por qualquer título ou conceito sucessório ou partições, incluídas as que tenham por objecto os bens da sociedade conjugal dissolvida que esteja por liquidar (172).

Estas melhoras, adjudicações ou atribuições poderão realizar-se pelo cônjuge em um ou vários actos, simultâneos ou sucessivos. Se não se lhe houver conferido a faculdade de fazê-lo no seu próprio testamento ou não se lhe houver assinalado um prazo, terá o prazo de dois anos contados desde a abertura da sucessão ou, no seu caso, desde a emancipação do último dos filhos comuns.

(170) Confrontar com artigo 825º do CC.

(171) Ter em conta o artigo 670º do CC quanto ao carácter pessoal do testamento.

(172) Confrontar com os artigos 1057º e 1271º do CC.

D

110454

Capítulo III
Da sucessão intestada (217)

SECÇÃO PRIMEIRA
Disposições gerais

912º. A sucessão legítima tem lugar:

1. Quando alguém morre sem testamento, com testamento nulo, ou que já tenha perdido a sua validade.
2. Quando o testamento não contém a instituição de herdeiro em tudo ou em parte dos bens, ou não dispõe de todos os que correspondem ao testador. Neste caso a sucessão legítima será respeitante somente aos bens de que não houver disposto (218).
3. Quando falta a condição colocada à instituição de herdeiro, ou este morre antes do testador, ou repudia a herança sem ter substituto e sem que haja lugar ao direito de acrescentar.
4. Quando o herdeiro instituído é incapaz de suceder.

913º.* Na falta de herdeiros testamentários, a lei defere a herança aos parentes do falecido, ao viúvo ou viúva e ao Estado (219).

(217) Veja-se a disposição transitória 8ª da Lei 11/1981, de 13 de Maio, transcrita em nota no Título III deste Livro. Além disso, ter em conta os artigos 32º e seguintes da Lei da Reforma e Desenvolvimento Agrário, de 12 de Janeiro de 1973 (BOE num. 30, de 3 de Fevereiro), tendo em conta que o dito artigo 32º e o 35º foram redigidos novamente pela Lei 19/1995, de 4 de Julho (BOE num. 159, do dia 5), de Modernização das Explorações Agrárias; os artigos 977º ao 1000º da LEC-1881 e 790º e seguintes da LEC-2000, sobre procedimentos a seguir nos não testamentários, e o Decreto 2091/1971, de 13 de Agosto (BOE num. 225, de 20 de Setembro), enquanto os não testamentários a favor do Estado. Tenha-se em conta a Lei 4/1995, de 29 de Março (BOE num. 101, de 28 de Abril) de modificação da Compilação do Direito Civil De Aragão e da Lei de Património da Comunidade Autónoma de Aragão em matéria de sucessão intestada.

(218) Veja-se o artigo 764º do CC.

(219) Consultar os artigos 930º ao 958º do CC. Ter em conta que este artigo, que foi redigido pela Lei 11/1981, de 13 de Maio, não incluía no texto existente no BOE a expressão "a herança", o que obedeceu, sem dúvida, a um erro de imprensa, já que a dita expressão se publicou no Boletim das Cortes.

110454

6
120/11

914º. O disposto sobre a incapacidade para suceder por testamento é igualmente aplicável à sucessão intestada (220).

SECÇÃO SEGUNDA

Do parentesco

915º. A proximidade de parentesco determina-se pelo número de gerações. Cada geração forma um grau.

916º. A série de graus forma a linha, que pode ser directa ou colateral.

Chama-se directa a que é constituída pela série de graus entre pessoas que descendem uma da outra.

Chama-se colateral a que é constituída pela série de graus entre pessoas descendentes umas das outras, mas que procedam de um tronco comum

917º. A linha recta distingue-se em descendente e ascendente.

A primeira une a cabeça de família com os que descendem dela.

A segunda liga uma pessoa com aqueles de quem descende.

918º. Nas linhas contam-se tantos graus como gerações ou como pessoas, descontando a do progenitor. Na recta sobe-se unicamente até ao tronco. Assim, o filho dista do pai um grau, dois do avô e três do bisavô.

Na colateral sobe-se até ao tronco comum e depois desce-se até à pessoa com quem se faz a contagem. Por isso, o irmão dista dois graus do irmão, três do tio, irmão do seu pai ou da sua mãe, quatro do primo directo, e por aí em diante.

919º. O cálculo de que trata o artigo anterior rege todas as matérias.

920º. Chama-se duplo vínculo ao parentesco por parte do pai e da mãe conjuntamente.

921º. Nas heranças o parente mais próximo em grau exclui o mais remoto, excepto o direito de representação nos casos em que deva ter lugar.

Os parentes que se acharem no mesmo grau herdarão por partes iguais, excepto no que se dispõe no artigo 949º sobre o duplo vínculo.

(220) Veja-se os artigos 744º ao 762º e 848º ao 857º do CC.

Q. de

922º. Se houver vários parentes do mesmo grau, e algum ou alguns não quiserem ou não puderem suceder, a sua parte será acrescentada à dos outros parentes do mesmo grau, excepto quando o direito de representação deva ter lugar (221).

923º. Repudiando a herança o parente mais próximo, se for o único, ou, se forem vários, todos os parentes mais próximos chamados pela lei; herdarão os do grau seguinte pelo seu próprio direito e sem que possam representar o repudiante.

SECÇÃO TERCEIRA

Da representação

924º. Chama-se direito de representação o que têm os parentes de uma pessoa para sucedê-la em todos os direitos que ela teria se estivesse viva ou tivesse podido herdar.

925º. O direito de representação terá sempre lugar em linha recta descendente, mas nunca na linha recta ascendente.

Na linha colateral só terá lugar a favor dos filhos dos irmãos, sejam de duplo vínculo, sejam de um só lado.

926º. Sempre que se herde por representação, a divisão da herança será feita por estirpes, de modo que o representante ou representantes não herdem mais do que herdaria o seu representado se estivesse vivo (222).

927º. Havendo filhos de um ou mais irmãos do falecido, herdarão deste por representação sem concorrerem com os seus tios. Mas, se concorrerem sozinhos, herdarão por partes iguais (223).

928º. Não se perde o direito de representar uma pessoa por ter renunciado a sua herança (224).

(221) Veja-se os artigos 924º ao 929º (direito de representação) e 981º (direito de crescer na sucessão intestada) do CC.

(222) Veja-se o artigo 1038º do CC.

(223) Veja-se os artigos 948º e 949º do CC.

(224) Veja-se o artigo 923º do CC.

7
2
16/11/17

929º. Não poderá representar-se uma pessoa viva senão em casos de deserção ou incapacidade (225).

Da ordem de sucessão conforme a diversidade de linhas

SECÇÃO PRIMEIRA

Da linha recta descendente

930º. A sucessão corresponde em primeiro lugar à linha recta descendente.

931º. Os filhos e seus descendentes sucedem aos seus pais e demais ascendentes sem distinção de sexo, idades ou filiação.

932º. Os filhos do falecido herdarão sempre por direito próprio, dividindo a herança em partes iguais.

933º. Os netos e demais descendentes herdarão por direito de representação, e, se algum tiver falecido deixando vários herdeiros, a parte que lhe corresponderia será dividida por estes em partes iguais.

934º. Se houver filhos e descendentes de outros filhos que tenham falecido, os primeiros herdarão por direito próprio e os segundos por direito de representação (226).

SECÇÃO SEGUNDA

Da linha recta ascendente

935º. Na falta de filhos e descendentes do falecido, herdarão os seus ascendentes.

936º. O pai e a mãe herdarão partes iguais.

937º. No caso em que sobreviva apenas um dos pais, este sucederá ao filho em toda a sua herança.

938º. Na falta de pai e de mãe sucederão os ascendentes mais próximos em grau.

939º. Se houver vários ascendentes de igual grau pertencentes à mesma linha, dividirão a herança por cabeça.

940º. Se os ascendentes forem de linhas diferentes, mas de grau igual, uma metade corresponderá aos ascendentes paternos e a outra aos ascendentes maternos.

(225) Sobre a incapacidade ver artigos 744º ao 762º e sobre a deserção ver artigos 848º ao 857º, todos eles do CC.

(226) No sentido exposto ver artigos 924º e 925º do CC.

16/11/17

150/AN 11

941º. Em cada linha a divisão será feita por cabeça.

942º. O disposto na Secção entende-se sem prejuízo do ordenado nos artigos 811º e 812º que são aplicados na sucessão intestada e na testamentária.

SECÇÃO TERCEIRA

Da Sucessão do cônjuge e dos colaterais

943º.* Na falta das pessoas compreendidas nas duas Secções que precedem, herdarão o cônjuge e os parentes colaterais pela ordem que se estabelece nos artigos seguintes.

944º.* Na falta de ascendentes e descendentes, e antes dos colaterais, sucederá em todos os bens do falecido o cônjuge sobrevivente.

945º.* Não terá lugar o chamamento a que se refere o artigo anterior se o cônjuge estiver separado judicialmente ou de facto.

946º.* Os irmãos e filhos de irmãos sucedem com preferência aos demais colaterais.

947º. Se não existirem mais do que irmãos de duplo vínculo, estes herdarão por partes iguais.

948º. Se concorrerem irmãos com sobrinhos, filhos de irmãos de duplo vínculo, os primeiros herdarão por cabeça e os segundos por estirpe (227).

949º. Se concorrerem irmãos de pai e mãe com meios-irmãos, aqueles ficarão com a dupla parte na herança em relação a estes.

950º. No caso de não existirem senão meios-irmãos, uns por parte de pai e outros por parte de mãe, herdarão todos em partes iguais, sem nenhuma distinção de bens.

951º. Os filhos dos meios-irmãos sucederão por cabeça ou por estirpe, segundo as regras estabelecidas para os irmãos de duplo vínculo.

952º.*----- (Sem conteúdo)

953º.*----- (Sem conteúdo)

(227) Confronte-se com o artigo 927º do CC.

Dea

8
16071

954º*. Não havendo cônjuge sobrevivente, nem irmãos, nem filhos de irmãos, sucederão na herança do falecido os demais parentes do mesmo em linha colateral até ao quarto grau, para lá do qual não se estende o direito de herdar.

955º*

A sucessão destes colaterais verificar-se-á sem distinção de linhas nem preferência entre eles por razão do duplo vínculo.

SECÇÃO QUARTA

Da Sucessão do Estado (228)

956º*. Se não houver pessoas que tenham direito a herdar conforme o disposto nas precedentes Secções, herdará o Estado, o que designará uma terça parte da herança às Instituições municipais da morada do falecido, da Beneficência, Instrução, Acção social ou profissional, sejam de carácter público ou privado; e outra terça parte, às instituições provinciais do mesmo carácter, da província do falecido, preferindo, tanto entre umas como entre outras, aquelas a que o causador houver pertencido pela sua profissão e houver consagrado a sua máxima actividade, ainda que sejam de carácter geral. A outra terça parte será destinada à Caixa de Amortização da Dívida Pública (229), salvo se, pela natureza dos bens herdados, o Conselho de Ministros determine dar-lhes, total ou parcialmente, outra aplicação.

(228) Veja-se os artigos 15ºc, 20º e 21º da LPAP e 49º, parágrafo 3) e 55º do RPE. Por outro lado, ter em conta o artigo 4º do Decreto 2926/1965, de 23 de Setembro (BOE num, 294, de 18 de Outubro), e o Decreto 2091/1971, de 13 de Agosto (BOE num 225, de 20 de Setembro), o primeiro deles sobre heranças a favor do Estado de bens sitos no estrangeiro, e o segundo, sobre o regime administrativo da Sucessão intestada a favor do Estado.

(229) Por Ordem Real de 1 de Abril de 1931 foi disposto que esta parte fosse ingressada definitivamente no Tesouro, já que a mesma norma suprimiu a Caixa de Amortização da Dívida Pública.

16071



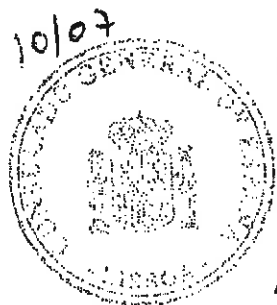
Consulado General de España

17001

EL CONSUL GENERAL DE ESPAÑA EN LISBOA,-----

----- **CERTIFICA:** - Que la ley que regula el Orden de la Sucesión intestada vigente en el año 2003 consta de los artículos 806 al 822, 912 al 955, todos inclusive, del Código Civil Español en vigor del que se adjuntan fotocopias.

----- Para que conste, a los efectos oportunos y a solicitud de parte interesada, expido el presente certificado en Lisboa y Consulado General de España a siete de marzo de dos mil siete



EL CONSUL GENERAL,

Alvaro Sebastián de Erice

SECCIÓN QUINTA

De las legítimas (150)

806. Legítima es la porción de bienes de que el testador no puede disponer por haberla reservado la ley a determinados herederos, llamados por esto herederos forzosos.

807.* Son herederos forzosos (151):

- 1.º Los hijos y descendientes respecto de sus padres y ascendientes (152).
- 2.º A falta de los anteriores, los padres y ascendientes respecto de sus hijos y descendientes (153).
- 3.º El viudo o viuda en la forma y medida que establece este Código (154).

808.* Constituyen la legítima de los hijos y descendientes las dos terceras partes del haber hereditario del padre y de la madre. Sin embargo, podrán éstos disponer de una parte de las dos que forman la legítima, para aplicarla como mejora a sus hijos o descendientes (155).

Quando alguno de los hijos o descendientes haya sido judicialmente incapacitado, el testador podrá establecer una sustitución fideicomisaria sobre el tercio de legítima estricta, siendo fiduciarios los hijos o descendientes judicialmente incapacitados y fideicomisarios los coherederos forzosos (155 bis).

La tercera parte restante será de libre disposición.

809.* Constituye la legítima de los padres o ascendientes la mitad del haber hereditario de los hijos y descendientes, salvo el caso en que concurrieren con el cónyuge viudo del descen-

(150) A efectos registrales, véanse los artículos 15 de la LH y 83 a 88, 152 y disposiciones transitorias 3.ª y 4.ª del RH.

(151) Ténganse en cuenta las disposiciones transitorias 1.ª a 3.ª de la Ley 11/1981, de 13 de mayo, transcritas en nota al Título V del Libro I de este Código.

(152) Véase el artículo 108, párrafo 2.º, del CC, en relación con el artículo 3 de la Ley 21/1987, de 11 de noviembre (BOE núm. 275, de 17 de noviembre), reformadora de la adopción.

(153) Téngase en cuenta la nota anterior.

(154) Artículos 834 a 840 del CC.

(155) Véanse los artículos 823 a 833 del CC. (155 bis) Confrontar artículos 782 y 813 del CC.

ciente causante, en cuyo supuesto será de una tercera parte de la herencia.

810. La legítima reservada a los padres se dividirá entre los dos por partes iguales: si uno de ellos hubiere muerto, recaerá toda en el sobreviviente.

Quando el testador no deje padre ni madre, pero sí ascendientes, en igual grado, de las líneas paterna y materna, se dividirá la herencia por mitad entre ambas líneas. Si los ascendientes fueren de grado diferente, corresponderá por entero a los más próximos de una u otra línea.

811. El ascendiente que heredare de su descendiente bienes que éste hubiese adquirido por título lucrativo de otro ascendiente, o de un hermano, se halla obligado a reservar los que hubiere adquirido por ministerio de la ley en favor de los parientes que estén dentro del tercer grado y pertenezcan a la línea de donde los bienes proceden (156).

812. Los ascendientes suceden con exclusión de otras personas en las cosas dadas por ellos a sus hijos o descendientes muertos sin posteridad, cuando los mismos objetos donados existan en la sucesión. Si hubieren sido enajenados, sucederán en todas las acciones que el donatario tuviera con relación a ellos, y en el precio si se hubieren vendido, o en los bienes con que se hayan sustituido, si los permutó o cambió (157).

813.* El testador no podrá privar a los herederos de su legítima sino en los casos expresamente determinados por la ley (158).

Tampoco podrá imponer sobre ella gravamen, ni condición, ni sustitución de ninguna especie, salvo lo dispuesto en cuanto al usufructo de viudo y lo establecido en el artículo 808 respecto de los hijos o descendientes judicialmente incapacitados (159).

814.* La preterición de un heredero forzoso no perjudica la legítima. Se reducirá la institución de heredero antes que los legados, mejoras y demás disposiciones testamentarias.

(156) Sobre reserva, artículos 968 y siguientes del CC. Además, véanse los artículos 168.2 y 184 a 189 de la LH y 259 a 265 del RH.

(157) Véase el artículo 938 del CC.

(158) En cuanto a la desheredación, artículos 848 a 857 del CC.

(159) Los derechos del cónyuge viudo se concretan en los artículos 834 y siguientes del CC. Confrontar artículo 782 del CC.

150A

Sin embargo, la preterición no intencional de hijos o descendientes producirá los siguientes efectos:

- 1.º Si resultaren preteridos todos, se anularán las disposiciones testamentarias de contenido patrimonial.
- 2.º En otro caso, se anulará la institución de herederos, pero valdrán las mandas y mejoras ordenadas por cualquier título, en cuanto unas y otras no sean inoficiosas. No obstante, la institución de heredero a favor del cónyuge sólo se anulará en cuanto perjudique a las legítimas.

Los descendientes de otro descendiente que no hubiere sido preterido, representan a éste en la herencia del ascendiente y no se consideran preteridos.

Si los herederos forzosos preteridos mueren antes que el testador, el testamento surtirá todos sus efectos.

A salvo las legítimas tendrá preferencia en todo caso lo ordenado por el testador.

815. El heredero forzoso a quien el testador haya dejado por cualquier título menos de la legítima que le correspondía, podrá pedir el complemento de la misma.

816. Toda renuncia o transacción sobre la legítima futura entre el que la debe y sus herederos forzosos es nula, y éstos podrán reclamarla cuando muera aquél; pero deberán traer a colación lo que hubiesen recibido por la renuncia o transacción (160).

817. Las disposiciones testamentarias que mengüen la legítima de los herederos forzosos se reducirán, a petición de éstos, en lo que fueren inoficiosas o excesivas (161).

818.* Para fijar la legítima se atenderá al valor de los bienes que quedaren a la muerte del testador, con deducción de las deudas y cargas, sin comprender entre ellas las impuestas en el testamento.

Al valor líquido de los bienes hereditarios se agregará el de las donaciones colacionables (162).

(160) Véanse los artículos 825, 831 (mejora) y 1.271 (prohibición de contratos sobre herencia futura) del CC.

(161) Sobre el particular, véanse los artículos 636, 654, 655 y 820 a 822 del CC.

(162) Confrontar artículos 1.035 y siguientes del CC.

819. Las donaciones hechas a los hijos, que no tengan el concepto de mejoras, se imputarán en su legítima.

Las donaciones hechas a extraños se imputarán a la parte libre de que el testador hubiese podido disponer por su última voluntad.

En cuanto fueren inoficiosas o excedieren de la cuota disponible, se reducirán según las reglas de los artículos siguientes.

820. Fijada la legítima con arreglo a los dos artículos anteriores, se hará la reducción como sigue:

- 1.º Se respetarán las donaciones mientras pueda cubrirse la legítima, reduciendo o anulando, si necesario fuere, las mandas hechas en testamento (163).

- 2.º La reducción de éstas se hará a prorrata, sin distinción alguna (164).

Si el testador hubiere dispuesto que se pague cierto legado con preferencia a otros, no sufrirá aquél reducción sino después de haberse aplicado éstos por entero al pago de la legítima.

- 3.º Si la manda consiste en un usufructo o renta vitalicia, cuyo valor se tenga por superior a la parte disponible, los herederos forzosos podrán escoger entre cumplir la disposición testamentaria o entregar al legatario la parte de la herencia de que podía disponer libremente el testador.

821.* Cuando el legado sujeto a reducción consista en una finca que no admita cómoda división, quedará ésta para el legatario si la reducción no absorbe la mitad de su valor, y en caso contrario para los herederos forzosos; pero aquél y éstos deberán abonarse su respectivo haber en dinero.

El legatario que tenga derecho a legítima podrá retener toda la finca, con tal que su valor no supere, el importe de la porción disponible y de la cuota que le corresponda por legítima.

Si los herederos o legatarios no quieren usar del derecho que se les concede en este artículo se venderá la finca en pública subasta, a instancia de cualquiera de los interesados.

822.* La donación o legado de un derecho de habitación sobre la vivienda habitual que su titular haga a favor de un legionario persona con discapacidad, no se computará para el cálculo de las

(163) Al respecto, véanse los artículos 654, 656 y 817 del CC.

(164) Confrontar artículo 887 del CC.

1908

legítimas si en el momento del fallecimiento ambos estuvieron convivendo en ella.

Este derecho de habitación se atribuirá por ministerio de la ley en las mismas condiciones al legítimo discapacitado que lo necesite y que estuviera convivendo con el fallecido, a menos que el testador hubiera dispuesto otra cosa o lo hubiera excluido expresamente, pero su titular no podrá impedir que continúen conviviendo los demás legitimarios mientras lo necesiten.

El derecho a que se refieren los dos párrafos anteriores será intransmisible.

Lo dispuesto en los dos primeros párrafos no impedirá la atribución al cónyuge de los derechos regulados en los artículos 1.406 y 1.407 de este Código, que coexistirán con el de habitación (164 bis).

SECCIÓN SEXTA

De las mejoras (165)

823.* El padre o la madre podrán disponer en concepto de mejora a favor de alguno o algunos de sus hijos o descendientes, ya lo sean por naturaleza, ya por adopción, de una de las dos terceras partes destinadas a legítima (166).

824. No podrán imponerse sobre la mejora otros gravámenes que los que se establezcan en favor de los legitimarios o sus descendientes (167).

825. Ninguna donación por contrato entre vivos, sea simple o por causa onerosa, en favor de hijos o descendientes, que sean herederos forzosos, se reputará mejora, si el donante no ha declarado de una manera expresa su voluntad de mejorar (168).

(164 bis) Ver disposición adicional cuarta del CC.

(165) En materia de Derecho Foral, pueden consultarse como concordantes las Secciones 2.ª (Del pacto de mejora, artículos 128 y 129) y 3.ª (Del derecho de labrar y poseer, artículos 130 a 133) de la Ley de Derecho Civil de Galicia.

(166) Véanse los artículos 808, párrafo 2.º, y 972 del CC.

(167) Véanse, en general, los artículos 782, 813, 814 y 837 del CC.

(168) Véanse los artículos 782 y 828 del CC.

826. La promesa de mejorar o no mejorar, hecha por escritura pública en capitulaciones matrimoniales, será válida (169).

La disposición del testador contraria a la promesa no producirá efecto.

827. La mejora, aunque se haya verificado con entrega de bienes, será revocable, a menos que se haya hecho por capitulaciones matrimoniales o por contrato oneroso celebrado con un tercero.

828. La manda o legado hecho por el testador a uno de los hijos o descendientes no se reputará mejora sino cuando el testador haya declarado expresamente ser ésta su voluntad, o cuando no quepa en la parte libre (170).

829. La mejora podrá señalarse en cosa determinada. Si el valor de ésta excediere del tercio destinado a la mejora y de la parte de legítima correspondiente al mejorado, deberá éste abonar la diferencia en metálico a los demás interesados.

830. La facultad de mejorar no puede encomendarse a otro (171).

831.* 1. No obstante lo dispuesto en el artículo anterior, podrán conferirse facultades al cónyuge en testamento para que, fallecido el testador, pueda realizar a favor de los hijos o descendientes comunes mejoras incluso con cargo al tercio de libre disposición y, en general, adjudicaciones o atribuciones de bienes concretos por cualquier título o concepto sucesorio o particiones, incluidas las que tengan por objeto bienes de la sociedad conyugal disuelta que esté sin liquidar (172).

Estas mejoras, adjudicaciones o atribuciones podrán realizarse por el cónyuge en uno o varios actos, simultáneos o sucesivos. Si no se le hubiere conferido la facultad de hacerlo en su propio testamento o no se le hubiere señalado plazo, tendrá el de dos años contados desde la apertura de la sucesión o, en su caso, desde la emancipación del último de los hijos comunes.

(169) Ténganse en cuenta al respecto los artículos 806, 808, párrafo 2.º, 825, 827 y 831 del CC.

(170) Confrontar artículo 825 del CC.

(171) Téngase en cuenta el artículo 670 del CC en cuanto al carácter personalísimo del testamento.

(172) Confróntense los artículos 1.057 y 1.271 del CC.

2008/11

CAPÍTULO III

De la sucesión intestada (217)

SECCIÓN PRIMERA

Disposiciones generales

912. La sucesión legítima tiene lugar:

- 1.º Cuando uno muere sin testamento, o con testamento nulo, o que haya perdido después su validez.
- 2.º Cuando el testamento no contiene institución de heredero en todo o en parte de los bienes, o no dispone de todos los que corresponden al testador. En este caso la sucesión legítima tendrá lugar solamente respecto de los bienes de que no hubiese dispuesto (218).
- 3.º Cuando falta la condición puesta a la institución de heredero, o éste muere antes que el testador, o repudia la herencia sin tener sustituto y sin que haya lugar al derecho de acrecer.
- 4.º Cuando el heredero instituido es incapaz de suceder.

913.* A falta de herederos testamentarios, la ley defiere la herencia a los parientes del difunto, al viudo o viuda y al Estado (219).

(217) Véase la disposición transitoria 8.ª de la Ley 11/1981, de 13 de mayo, transcrita en nota al Título III de este Libro. Además, ténganse en cuenta los artículos 32 y siguientes de la Ley de Reforma y Desarrollo Agrario, de 12 de enero de 1973 (BOE núm. 30, de 3 de febrero), teniendo en cuenta que el mencionado artículo 32 y el 35 fueron nuevamente redactados por la Ley 19/1995, de 4 de julio (BOE núm. 159, del día 5), de Modernización de las Explotaciones Agrarias; los artículos 977 a 1.060 de la LEC-1981 y 790 y siguientes de la LEC-2000, sobre procedimientos a seguir en los abintestatos, y el Decreto 2091/1971, de 13 de agosto (BOE núm. 225, de 20 de septiembre), en cuanto a los abintestatos en favor del Estado. Téngase en cuenta la Ley 4/1995, de 29 de marzo (BOE núm. 101, de 28 de abril), de modificación de la Compilación del Derecho Civil de Aragón y de la Ley de Patrimonio de la Comunidad Autónoma de Aragón en materia de sucesión intestada.

(218) Véase: el artículo 764 del CC.

(219) Consultar los artículos 930 a 958 del CC. Téngase en cuenta que este artículo, que fue redactado por la Ley 11/1981, de 13 de mayo, no incluía en el texto aparecido en el BOE la expresión «la herencia», lo que obedeció, sin duda, a un error de imprenta, ya que dicha expresión sí se publicó en el Boletín de las Cortes.

914. Lo dispuesto sobre la incapacidad para suceder por testamento es aplicable igualmente a la sucesión intestada (220).

SECCIÓN SEGUNDA

Del parentesco

915. La proximidad del parentesco se determina por el número de generaciones. Cada generación forma un grado.

916. La serie de grados forma la línea, que puede ser directa o colateral.

Se llama directa la constituida por la serie de grados entre personas que descienden una de otra.

Y colateral la constituida por la serie de grados entre personas que no descienden unas de otras, pero que proceden de un tronco común.

917. Se distingue la línea recta en descendente y ascendente. La primera une al cabeza de familia con los que descienden de él.

La segunda liga a una persona con aquellos de quienes desciende.

918. En las líneas se cuentan tantos grados como generaciones o como personas, descontando la del progenitor.

En la recta se sube únicamente hasta el tronco. Así, el hijo dista del padre un grado, dos del abuelo y tres del bisabuelo.

En la colateral se sube hasta el tronco común y después se baja hasta la persona con quien se hace la computación. Por esto, el hermano dista dos grados del hermano, tres del tío, hermano de su padre o madre, cuatro del primo hermano, y así en adelante.

919.* El cómputo de que trata el artículo anterior rige en todas las materias.

920. Llámase doble vínculo al parentesco por parte del padre y de la madre conjuntamente.

921. En las herencias el pariente más próximo en grado excluye al más remoto, salvo el derecho de representación en los casos en que deba tener lugar.

(220) Véanse los artículos 744 a 762 y 848 a 857 del CC.

216/1

Los parientes que se hallaren en el mismo grado heredarán por partes iguales, salvo lo que se dispone en el artículo 949 sobre el doble vínculo.

922. Si hubiere varios parientes de un mismo grado, y alguno o algunos no quisieren o no pudieren suceder, su parte acrecerá a los otros del mismo grado, salvo el derecho de representación cuando deba tener lugar (221).

923. Repudiando la herencia el pariente más próximo, si es solo, o, si fueren varios, todos los parientes más próximos llamados por la ley, heredarán los del grado siguiente por su propio derecho y sin que puedan representar al repudiante.

SECCIÓN TERCERA De la representación

924. Llámase derecho de representación el que tienen los parientes de una persona para sucederle en todos los derechos que tendría si viviera o hubiera podido heredar.

925. El derecho de representación tendrá siempre lugar en la línea recta descendente, pero nunca en la ascendente.

En la línea colateral sólo tendrá lugar en favor de los hijos de hermanos, bien sean de doble vínculo, bien de un solo lado.

926. Siempre que se herede por representación, la división de la herencia se hará por estirpes, de modo que el representante o representantes no hereden más de lo que heredaría su representado, si viviera (222).

927. Quedando hijos de uno o más hermanos del difunto, heredarán a éste por representación si concurren con sus tíos. Pero, si concurren solos, heredarán por partes iguales (223).

928. No se pierde el derecho de representar a una persona por haber renunciado su herencia (224).

(221) Véanse los artículos 924 a 929 (derecho de representación) y 981 (derecho de acrecer en la sucesión intestada) del CC.

(222) Véase el artículo 1.038 del CC.

(223) Véase los artículos 948 y 949 del CC.

(224) Véase el artículo 923 del CC.

929. No podrá representarse a una persona viva sino en los casos de desheredación o incapacidad (225).

CAPÍTULO IV

Del orden de suceder según la diversidad de líneas

SECCIÓN PRIMERA

De la línea recta descendente

930. La sucesión corresponde en primer lugar a la línea recta descendente.

931.* Los hijos y sus descendientes suceden a sus padres y demás ascendientes sin distinción de sexo, edad o filiación.

932. Los hijos del difunto le heredarán siempre por su derecho propio, dividiendo la herencia en partes iguales.

933. Los nietos y demás descendientes heredarán por derecho de representación, y, si alguno hubiese fallecido dejando varios herederos, la porción que le correspondía se dividirá entre éstos por partes iguales.

934. Si quedaren hijos y descendientes de otros hijos que hubiesen fallecido, los primeros heredarán por derecho propio y los segundos por derecho de representación (226).

SECCIÓN SEGUNDA

De la línea recta ascendente

935.* A falta de hijos y descendientes del difunto le heredarán sus ascendientes.

936.* El padre y la madre heredarán por partes iguales.

937.* En el caso de que sobreviva uno solo de los padres, éste sucederá al hijo en toda su herencia.

938.* A falta de padre y de madre sucederán los ascendientes más próximos en grado.

939.* Si hubiere varios ascendientes de igual grado pertenecientes a la misma línea, dividirán la herencia por cabezas.

(225) Sobre incapacidad, artículos 744 a 762, y sobre desheredación, artículos 848 a 857, todos ellos del CC.

(226) En el sentido expuesto, artículos 924 y 925 del CC.

22074

940.* Si los ascendientes fueren de líneas diferentes, pero de igual grado, la mitad corresponderá a los ascendientes paternos y la otra mitad a los maternos.

941.* En cada línea la división se hará por cabezas.

942.* Lo dispuesto en esta Sección se entiende sin perjuicio de lo ordenado en los artículos 811 y 812, que es aplicable a la sucesión intestada y a la testamentaria.

SECCIÓN TERCERA

De la sucesión del cónyuge y de los colaterales

943.* A falta de las personas comprendidas en las dos Secciones que preceden, heredarán el cónyuge y los parientes colaterales por el orden que se establece en los artículos siguientes.

944.* En defecto de ascendientes y descendientes, y antes que los colaterales, sucederá en todos los bienes del difunto el cónyuge sobreviviente.

945.* No tendrá lugar el llamamiento a que se refiere el artículo anterior si el cónyuge estuviere separado judicialmente o de hecho.

946.* Los hermanos e hijos de hermanos suceden con preferencia a los demás colaterales.

947.* Si no existieren más que hermanos de doble vínculo, éstos heredarán por partes iguales.

948.* Si concurrieren hermanos con sobrinos, hijos de hermanos de doble vínculo, los primeros heredarán por cabezas y los segundos por estirpes (227).

949.* Si concurrieren hermanos de padre y madre con medio hermanos, aquéllos tomarán doble porción que éstos en la herencia.

950.* En el caso de no existir sino medio hermanos, unos por parte de padre y otros por la de la madre, heredarán todos por partes iguales, sin ninguna distinción de bienes.

(227) Confróntese artículo 927 del CC.

951.* Los hijos de los medio hermanos sucederán por cabezas o por estirpes, según las reglas establecidas para los hermanos de doble vínculo.

952.* ... (Sin contenido.)

953.* ... (Sin contenido.)

954.* No habiendo cónyuge supérstite, ni hermanos ni hijos de hermanos, sucederán en la herencia del difunto los demás parientes del mismo en línea colateral hasta el cuarto grado, más allá del cual no se extiende el derecho de heredar abintestato.

955.* La sucesión de estos colaterales se verificará sin distinción de líneas ni preferencia entre ellos por razón del doble vínculo.

SECCIÓN CUARTA

De la sucesión del Estado (228)

956.* A falta de personas que tengan derecho a heredar conforme a lo dispuesto en las precedentes Secciones, heredará el Estado, quien asignará una tercera parte de la herencia a Instituciones municipales del domicilio del difunto, de Beneficencia, Instrucción, Acción social o profesionales, sean de carácter público o privado; y otra tercera parte, a Instituciones provinciales de los mismos caracteres, de la provincia del finado, prefiriendo, tanto entre unas como entre otras, aquellas a las que el causante haya pertenecido por su profesión y haya consagrado su máxima actividad, aunque sean de carácter general. La otra tercera parte se destinará a la Caja de Amortización de la Deuda pública (229), salvo que, por la naturaleza de los bienes heredados, el Consejo de Ministros acuerde darles, total o parcialmente, otra aplicación.

(228) Véanse los artículos 15.c), 20 y 21 de la LPAP y 49.3 y 55 del RPE. Por otra parte, téngase en cuenta el artículo 4 del Decreto 2926/1965, de 23 de septiembre (BOE núm. 294, de 18 de octubre), y el Decreto 2091/1971, de 13 de agosto (BOE núm. 225, de 20 de septiembre), el primero de ellos sobre herencias en favor del Estado de bienes sitos en el extranjero, y el segundo, sobre el régimen administrativo de la sucesión intestada en favor del Estado.

(229) Por Real Orden de 1 de abril de 1931 se dispuso que esta parte se ingresara definitivamente en el Tesoro, ya que esta misma norma suprimió la Caja de Amortización de la Deuda Pública.

230A